

JORNAL CRP-06

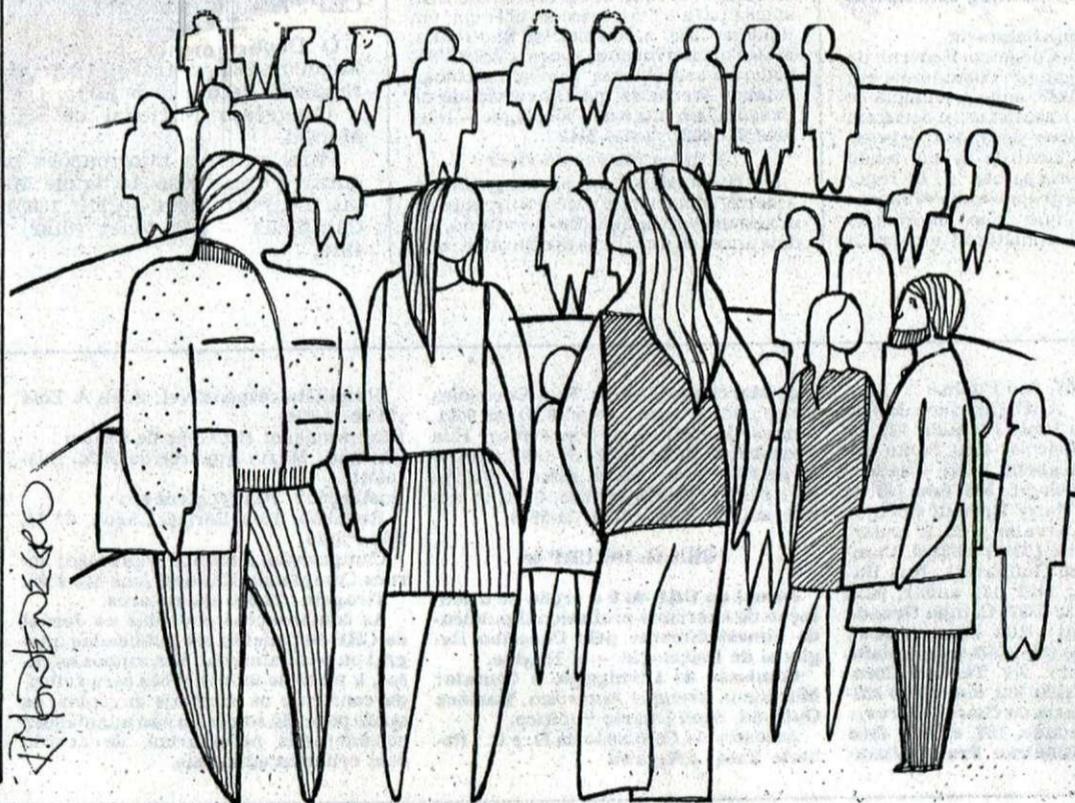
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA • 6ª Região
Nº 54 • Ano 8 • Maio-Junho 88.

Hélio Pellegrino
psicanalista e escritor
(1924-1988)



MANICÔMIO JUDICIÁRIO

Participe do Congresso de Psicologia!



*As nossas lutas e a
nova Constituição*



Por que e como continuar

No editorial do último **Jornal do CRP-06**, sob o título "Crise... Crise... Crise...", tratamos da dificuldade de gerir as atividades do Conselho, com a redução do número de Conselheiros. Procuramos analisar os motivos das desistências e deixamos "no ar" o como prosseguir.

Havia sido, então, anunciada uma reunião geral de avaliação para o início de fevereiro último e nela se tomariam as decisões a respeito desse como prosseguir.

Vamos às decisões:

1) Colocou-se em pauta a possibilidade de convocar eleições antecipadas (neste ano) para que um novo grupo viesse a assumir o Conselho. Esta hipótese foi descartada em nome do interesse e empenho dos Conselheiros e Delegados que permaneciam, no sentido de juntar esforços para garantir, até o final do nosso prazo (setembro de 89), as metas políticas básicas a que nos propusemos realizar.

2) Só valeria a pena para cada um de nós (remanescentes) e para o todo da gestão prosseguir sem deixar de lado ações que, além do caráter administrativo, se definissem por serem também político-organizativas.

3) Isto, no entanto, não seria viável na antiga estrutura do Conselho: 12 Comissões, sendo 4 "oficiais" e 8 "não-oficiais".

4) Cabe lembrar que, numa cisão necessária e saudável, desde a gestão de 80-83, estas Comissões "não-oficiais" eram as que desenvolviam o que chamávamos de metas políticas do Conselho. Distinguíam-se daquelas consideradas mais imediatamente burocráticas, como era o caso da Diretoria, Ética e COF (Comissão de Orientação e Fiscalização).

É claro que nunca acreditamos de fato nesta cisão burocrática/política. Mas esta parecia uma organização que nos permitia pensar o Conselho enquanto uma entidade que não tem apenas a autofagia administrativa como atividade política.

5) Dissolvemos, na reunião de fevereiro último, a Comissão de Saúde, por exemplo, e a integramos à COF. Isto na dupla perspectiva de ampliar o número de Conselheiros a dar conta desta Comissão e repensá-la de tal maneira, para que possa contribuir com o Conselho não só na orientação e fiscalização, mas também no levantamento de situações adversas da prática psicológica (uma espécie de centro de

pesquisa que dê subsídios para localizar os pontos de maior dificuldade de profissionais e usuários de Psicologia).

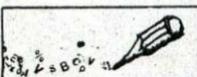
6) Com decisões desse tipo, reduzimos a 6 as Comissões do Conselho, a saber: Ética, COF, Diretoria, Divulgação e Contato, Educação e Ensino de 2º grau (esta é formada conjuntamente com o Sindicato dos Psicólogos e com CFP) e Delegacias.

7) Escolhemos uma atividade geral aglutinadora das práticas organizadas do Conselho: um **Congresso de Psicologia**, a ser realizado no 2º semestre. Seu objetivo é o de mobilizar os profissionais em torno da discussão de questões que dizem respeito à **Psicologia como profissão**: seu campo de atuação, sua especificidade na interface com outras profissões e outras áreas do conhecimento; suas prescrições éticas, a formação; a diversidade de práticas que têm surgido ultimamente como Psicologia; as políticas de Educação, de Saúde e de Trabalho, que interferem nas condições de seu exercício; o lugar que os testes e o psicodiagnóstico têm ocupado na definição do lugar da Psicologia. Enfim, um Congresso para pôr em discussão a Psicologia como instituição em nossa realidade.

8) Decidimos, também, priorizar a participação do Conselho junto ao Plenário dos Trabalhadores de Saúde Mental, ao Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN), à Rede Criança; trabalhos esses que temos mais ou menos freqüentemente apresentados no **Jornal do CRP-06**.

9) Finalmente, cabe enfatizar que a consequência mais frustrante desse plano para a nossa continuidade, enquanto gestão até 1989, nas condições em que nos encontramos, é o fato de ter que reduzir a nossa contribuição nas situações emergenciais a que somos chamados como, por exemplo, ações diretas por ocasião de greves e reivindicações trabalhistas, palestras e eventos, entre outros. Por previsão, nem sempre será possível atender a toda esta demanda (que não é pequena).

10) Com isto, acreditamos, enquanto gestão, ainda poder concretizar diretrizes básicas a que nos propusemos realizar e atender a realidade da profissão nos Estados de nossa competência. Cabe também ressaltar que essas disposições já estão sendo colocadas em prática desde fevereiro e reavaliações periódicas estão sendo feitas.



Curtas

Psicologia e Pesquisa

É o tema do terceiro debate que dá prosseguimento ao ciclo **Psicologia: Fronteiras entre Conceitos**, cuja organização é dos professores Marlene Guirado e Yves de la Taille, com promoção do Instituto de Psicologia da USP.

Como Coordenadora da mesa-redonda sobre o próximo tema ("Psicologia e Pesquisa"), Marlene Guirado explica: "Neste debate, estamos tratando especificamente de uma questão que preocupa aqueles que se dedicam à pesquisa em Psicologia: qual é o estatuto científico da Psicologia, como fazer ciência enquanto produção de um conhecimento sobre o subjetivo, quais os modelos e as formas que atravessam as nossas pesquisas, como produzir conhecimentos em Psicologia, dos dados empíricos ao inconsciente psicanalítico."

Maria Amélia Mattos, professora do Departamento de Psicologia Experimental do IPUSP, Osmyr Gabbi Júnior, professor da UNICAMP, Joel Martins, professor da PUC-SP, e como debatedora, Olgária Matos, professora da Faculdade de Filosofia da USP, serão os responsáveis pelas falas desencadeadoras

das discussões com os participantes/platéia do evento.

A mesa-redonda acontecerá no dia 25 de abril próximo, às 14hs, no Salão Nobre do IPUSP, Av. Prof. Mello Moraes, 1721, Cidade Universitária, São Paulo.

Contratação sem concurso público

A Prefeitura Municipal de Assis, interior de São Paulo, publicou lei, em fevereiro de 88, dando ciência da abertura de vagas para diversos cargos técnicos, inclusive psicólogos, mediante concurso público. Porém, essa lei excetua os técnicos a serem contratados para o Ambulatório de Saúde Mental de Assis (antigo Hospital Psiquiátrico), favorecendo desta forma uma prática de clientelismo. O CPR-06 pronuncia-se contra a não-realização de concurso público. E, mais ainda, alerta os psicólogos para que, em qualquer caso semelhante, denunciem sempre este tipo de prática.

Reforma Sanitária

O Plenário do Conselho Federal de Psicologia divulgou um documento, em 12 de março de 1988, onde pronuncia-se no sentido de: a) reafirmar o seu total apoio às diretrizes definidas pela 8ª Conferência Nacional de Saúde, tendo em vista a reforma sanitária; b) repudiar as ações dos grupos conservadores e privatistas que vêm exercendo pressão no nível ministerial e sobre o

INAMPS, para impedir transformações necessárias em relação à assistência à saúde; c) reafirmar a proposta de uma nova articulação de grupos e entidades civis, em defesa de uma reforma sanitária ampla e democrática e de uma Constituição que possa garanti-la.

Associação de Psicol. Escolar

Os Psicólogos educacionais presentes no XVII Encontro da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, realizado em outubro de 1987, aprovaram a proposta de criação da **Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, que terá os objetivos de integrar, promover e divulgar as atividades desenvolvidas na área. A elaboração da proposta de estatuto da ABRAPE ficou a cargo de profissionais de Brasília, que estão recebendo as sugestões dos colegas. Depois de elaborado, este estatuto será discutido em reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em julho de 1988, na Capital de São Paulo. Maiores informações sobre a ABRAPE poderão ser obtidas com a Psicóloga Solange Wechsler, na Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia - telefone 274-0022 ramal 2449.

A única chance de viver

O artista plástico e psicólogo Paulo Alberto Topal está à procura urgente de um doador de fígado. Ele foi vítima, há dois anos, de uma hepatite virótica, que

se transformou em cirrose hepática. Agora, sua única chance de continuidade da vida é o transplante do órgão. O colega pede a colaboração para localizar um doador que tenha sangue tipo B positivo. O telefone para contato é (011) 444-6552, com Angela Cristina Tavares, em Santo André - São Paulo.



Anote

O **I Congresso Matogrossense de Psicologia e Psiquiatria** será realizado em Cuiabá, durante o período de 1 a 4 de junho de 1988.

Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (065) 322-3873 ou à Av. Isaac Póvoas, 1495 sala 14 CEP: 78020, Cuiabá, MT.

O Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria da UNICAMP realizará de 10 a 12 de junho de 1988 o Congresso Nacional de Saúde Mental.

Para maiores informações procurar o Congresso de Saúde Mental. CX. Postal 6064 - CEP. 13081 - Campinas - SP, fone: (0192) 39-4819.

EXPEDIENTE

Conselho Regional de Psicologia
6ª Região

Conselheiros: Aicil Franco, Antonio Carlos Simonian dos Santos, Benedito Adalberto Boletta de Oliveira, Bronia Liebesny, Carlos Afonso Marcondes de Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeira, Cenise Monte Vicente (licenciada), Frida Zolty, Maralúcia Arenque Ambrósio, Maria Luiza Scrosoppi Persicano, Maria Rosejane Pereira Oliveira, Marlene Guirado, Nanci Bühner, Oscar Armani Filho, Regina Heloisa Maciel, Sonia Regina Jubelini, Sueli Duarte Pacífico, Yara Sayão.

Sede - São Paulo: Rua Borges Lagoa, nº 74, telefones provisórios (011)

572-9235 e 575-0857, São Paulo.

Delegacias - ABC (Marlene Bueno Zola): Rua Luis Pinto Flaquer, 519, 6º andar, sala 61, fone 444-4000, Santo André. Assis (Elizabeth Gelli Yaslle): Rua Angelo Bertocchini, 545, fone (0183) 22-6224. Bauru (Marly Bighetti Godoy): Rua Batista de Carvalho, 4-33, 2º andar, salas 205/206, fone (0142) 22-3384. Campinas (Hélio José Guillard): Rua Barão de Jaguara, 1481, 17º andar, sala 172, fone (0192) 32-5397. Campo Grande (Irma Maccario): Rua Dom Aquino, 1354, sala 97, fone (067) 382-4801. Cuiabá (Marisa Raduenz): Av. Tenente Coronel Duarte, 549, sala 302, fone (065) 322-6902. Lorena (Maria da Glória Soares): Rua N.S. da Piedade, 185, sala 9, fone (0125) 52-1644. Ribeirão Preto (Vladi-

mir Marchetto Leite): Rua Cerqueira César, 481, 3º andar, fone (016) 636-9021. Santos (Dorian Rojas Finocchio): Rua Paraíba, 84, fone (0132) 39-1987. São José do Rio Preto (Maria Alice T. Fachini): Rua 15 de Novembro, 3171, 9º andar, sala 91, fone (0172) 21-2883.

JORNAL DO CRP-06

Jornal do CRP-06 é o órgão de orientação do exercício profissional publicado bimestralmente pelo Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região.

Comissão de Divulgação e Contato: Maralúcia Arenque Ambrósio, Marlene Guirado, Sueli Duarte Pacífico.

Assessor da Comissão de D. e C.: Roberto Yutaka Sagawa

Jornalista responsável: Sueli A. Zola (MTb 14.824)

Diagramação: Ribamar de Castro Revisão: Maria Aparecida F.M. Busolotti

Ilustrações: Rui Montenegro Redação: Rua Borges Lagoa, nº 74, São Paulo.

Composição, fotolito e impressão: Jo-ruês Companhia Editora, fone 815-4999. Tiragem: 28.000 exemplares.

As colaborações enviadas ao **Jornal do CRP-06** poderão ser publicadas integral ou parcialmente. Em ambos os casos, a fonte de informações será referida conforme os originais enviados, os quais poderão sofrer ou não adaptações consideradas necessárias, de acordo com critérios editoriais.

A NOVA CONSTITUIÇÃO

Como ficam as nossas lutas?

Benedito Adalberto Boletta de Oliveira

Palavra Aberta



O CRP-06 defendeu, mesmo antes da convocação, a instalação de uma Assembleia Constituinte Livre, Democrática e Soberana. Assim, desde o início, colocamos-nos contra a delegação de poderes constituintes aos deputados e senadores, pois tal determinação dificultava a possibilidade de participação popular no processo e também porque a representatividade dos parlamentares poderia ser bastante questionável.

Depois, quando realizou-se a escolha dos Constituintes, o prognóstico anti-democrático se confirmou. As eleições ocorreram em meio a maior corrupção de todos os tempos — tanto do ponto de vista dos "apoios" revertidos em altos investimentos financeiros (injetados por grupos como a UDR — União Democrática Ruralista, por exemplo), quanto no que se refere às fraudes eleitorais não averiguadas, e ainda, no que diz respeito à manipulação feita pelo Governo através do Plano Cruzado I.

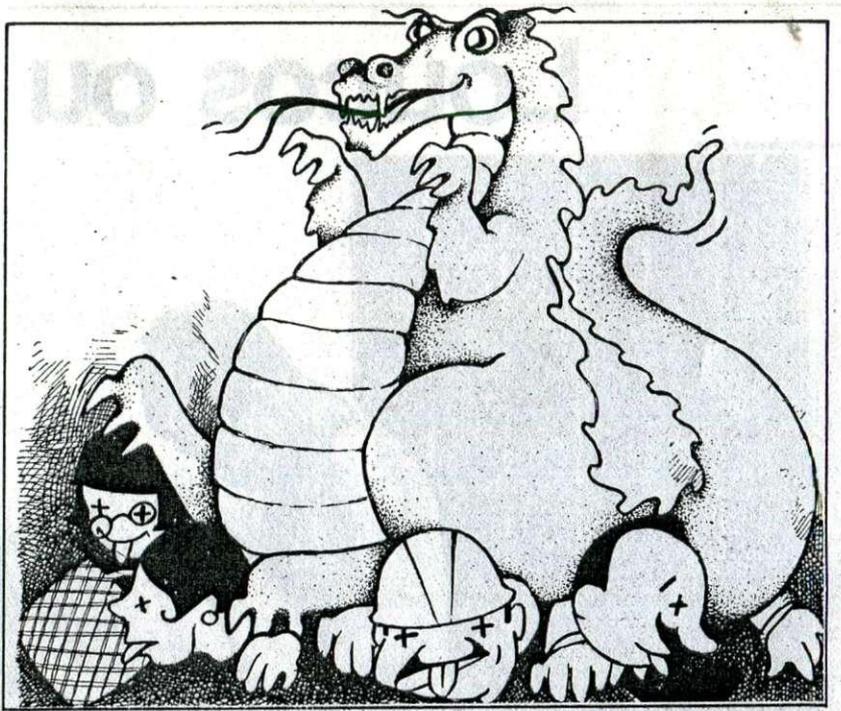
Frete a esse quadro formou-se uma Assembleia Constituinte de perfil nitidamente conservador. O que se podia fazer, então, para garantir avanços em questões fundamentais dentro daquela conjuntura política? A única alternativa que restava ao CRP-06 (assim como às outras entidades representativas) era enganar-se na mobilização pelas emendas da iniciativa popular. O Conselho priorizou a luta em prol das propostas mais pertinentes à categoria: organização de um Programa Unificado de Saúde, gerido e controlado pelo Governo, que subordinaria inclusive os serviços da iniciativa privada (no caso de ser necessário à assistência pública);

e garantia de ensino público, laico e gratuito para todos os níveis (com aplicação exclusiva das verbas ao ensino municipal, estadual e federal). Além destas, apoiamos: direito de participação popular na elaboração da Constituição; legalização do aborto e direitos dos trabalhadores.

Qual caminho tomaram estas propostas? Em agosto do ano passado, elas foram entregues aos líderes do Congresso. Na época, o relator Bernardo Cabral concluía o Anteprojeto 1. No Anteprojeto 2 foi incluída parte das emendas apresentadas, entrando, depois, em discussão na Comissão de Sistematização. A Comissão terminou o Projeto de Constituição no final de 1987. Até aí, pode-se dizer que houve uma conquista. O Projeto da Sistematização, embora estivesse longe de garantir transformações estruturais na sociedade brasileira, registrava alguns avanços.

Quando o Projeto ia ser votado em plenário pelos 559 parlamentares, surgiu a manobra do Centrão, que deu um "golpe" na Constituinte impondo uma mudança radical no seu regimento interno. O grupo que se dizia "suprapartidário" (que na verdade é de direita) articulou-se a partir do seguinte pressuposto: os 93 Constituintes (integrantes da Comissão de Sistematização) não poderiam elaborar uma Constituição em nome dos outros 466. Desse modo, eles se auto-denominavam "porta-vozes" da maioria. É claro que o argumento é falacioso, principalmente porque o total de votos recebidos (nas eleições) por estes parlamentares fisiologistas é muito menor do que o total obtido pelos outros que ficaram fora do "bloco".

Com o novo regimento interno, o Centrão passou a ter prioridade de votação: cada Título, Capítulo ou Seção começa pelo seu texto retrogrado. Se este não for aprovado,



ocorre a suspensão da plenária até que se chegue a um consenso. A estratégia serviu para impedir que fossem referendados os avanços obtidos no Projeto da Sistematização. Ao conseguir estabelecer a necessidade de "acordos" dentro do plenário, conquistaram-se espaço e peso para as teses governamentais e dos empresários. Em contrapartida, ficou mais difícil a aprovação das propostas da iniciativa popular.

A emenda popular da educação, por exemplo, parece seguir um rumo adverso. É possível que se aprove a aplicação de verbas públicas na iniciativa privada, conforme defendeu a Igreja (com a intenção de disseminar o ensino religioso). Por outro lado, a possibilidade de haver consenso em torno da legalização do aborto (dentro do Congresso Nacional) é tão remota que a melhor tática foi adiar a discussão para a legislação complementar.

Com relação à emenda da saúde houve um "descaminho" que ocorreu independente do debate na Constituinte. O Governo antecipou-se à proposta popular — que prevê a criação de um Programa Único e Público de Assistência (incluindo uma Reforma Sanitária) — e implantou o SUDS (Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde). A me-

didada governamental, embora integre os atendimentos médicos nas esferas municipal, estadual e federal, não contempla os aspectos defendidos pela emenda (originada na 8ª Conferência Nacional de Saúde). A questão da obtenção de verbas para funcionamento do Sistema não foi abordada. Além disso, não existe um programa mínimo de ação e nem tão pouco definiu-se uma política de recursos humanos (com isonomia salarial). Enfim, a reformulação apenas reequaciona os serviços já existentes, sem promover as mudanças fundamentais.

No momento em que é feita a presente análise, a Assembleia Nacional Constituinte está na sua fase decisiva: a votação em plenário do texto definitivo da Nova Constituição. Os temas aqui enfatizados não foram ainda deliberados. Todavia, diante do pano de fundo em que se enquadra esse desfecho, é difícil alimentar expectativas de mudança. Num jogo de cartas marcadas (como nesse) é possível antever a sua conclusão final: os interesses do poder econômico continuam a prevalecer sobre os interesses das classes populares.

Benedito Adalberto Boletta de Oliveira é Conselheiro vice-presidente do CRP-06, Psicoterapeuta e Supervisor de estágios nas faculdades FMU e Paulistana.

Já estamos na nova sede

O CRP-06 mudou de endereço e telefone: sua sede funciona agora à Rua Borges Lagoa, nº 74, Vila Mariana, Capital — São Paulo, telefones provisórios 572.9235 e 575.0857. A aquisição deste imóvel foi lavrada no ato da entrega e assinatura da escritura ocorrida no dia 15 de março de 1988.

A escolha do novo local respeitou rigorosamente as características estabelecidas pela Assembleia Geral Extraordinária que aprovou, em 1 de dezembro de 1986, a venda da antiga sede do Conselho e a consequente compra de outro imóvel. O novo endereço situa-se na Vila Mariana, um bairro que oferece toda a infra-estrutura necessária (rede bancária, serviços médicos, restaurantes, lanchonetes etc.), além de possibilitar fácil acesso por meios de transportes coletivos, como metrô (Estação Santa Cruz) e



ônibus. A região apresenta também boas alternativas de estacionamento para aqueles que se utilizam de condução própria.

As atuais instalações contemplam igualmente as necessidades

relativas à funcionalidade interna do Conselho. A sede atual dispõe de uma área de 800 metros quadrados, o que significa uma ampliação ao dobro, comparando-se com o espaço ocupado anteriormente. Com is-

Marlene Guirado, Conselheira Presidente do CRP-06, e o Presidente da Federação Brasileira de Gastroenterologia, quando assinaram, em março de 88, a escritura definitiva de venda e de compra do antigo imóvel da sede do CRP-06.

so, tornou-se viável a admissão de 10 novos funcionários, cujas contratações já estavam aprovadas, mas não podiam ser efetivadas por causa da absoluta falta de espaço para aloca-los.

Com a acomodação adequada, aliada ao crescimento no quadro de pessoal, será possível fazer uma redistribuição de tarefas e, por isso, o desempenho nos serviços tende a melhorar. Além disso, foi adquirido mais um equipamento de PABX com 08 troncos, que facilitará o contato telefônico com a entidade.

Para operacionalizar a mudança, o CRP-06 precisou fechar o seu expediente no período de 14 a 29 de março. Se acaso a interrupção causou eventual transtorno, esperamos contar com a compreensão de todos, pois a perspectiva deste empreendimento é elevar a qualidade do atendimento oferecido pela entidade.

Loucos ou criminosos? Internados

Jorge Araujo/Agência Folhas



O CRP-06 foi procurado pelos técnicos do Manicômio Judiciário Franco da Rocha para interferir numa situação de crise. Acompanhou a luta dos técnicos até o momento e decidiu divulgar essa situação junto aos outros profissionais.

Convidamos o cientista político J.A. Guilhon Albuquerque para fazer uma análise e uma reflexão teórica sobre o que significa esta imbricação da delinquência e da loucura nas práticas de atendimento aos internados deste tipo de instituição.

A atual crise do Manicômio é somente mais uma, passageira? Ela não nos leva a pensar na concepção e na própria existência de tal instituição? O ensaio do Prof. Guilhon Albuquerque permite ao leitor ensaiar respostas.

Desde janeiro último, a Associação dos Servidores do Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo vem denunciando as precárias condições de atendimento aos doentes mentais-prediários internados. Segundo os técnicos de diferentes áreas profissionais e os atendentes, as condições básicas de trabalho pioraram ultimamente e se tornaram mais precárias ainda.

Além da injustificável falta de recursos materiais e físicos, os técnicos da Saúde Mental e os atendentes começaram a se demitir, atingindo uma redução de 50% no quadro de pessoal, durante o período de 1985 a 87. O motivo destas demissões em massa é o baixo salário. Os servidores do Manicômio pertencem à Secretaria da Justiça (até 1985, pertenciam à Secretaria da Saúde) e recebem hoje 1/3 da remuneração paga aos servidores com cargos equivalentes na Secretaria da Saúde. Além disso, o adicional de insalubridade deveria ser pago aos cerca de 300 funcionários, sobretudo aos atendentes, mas é pago somente a 98 deles.

Afora estes problemas mais imediatos, constata-se outros que há muito tempo não têm sido resolvidos como é o da rotatividade sistemática de diretores desta entidade. O penúltimo diretor permaneceu quase 2 anos neste cargo, sendo substituído pelo atual, em novembro de 1987. Esta rotatividade tem profundas repercussões nas

condições de trabalho dos técnicos e dos atendentes porque a cada troca de diretoria corresponde um conjunto de medidas incompatível com o de seus predecessores, sem qualquer possibilidade de continuidade de trabalho ao longo do tempo.

Um grupo de técnicos do Manicômio Judiciário veio procurar o CRP-06 para expor os problemas profissionais enfrentados lá. Entre eles, um dos psicólogos prestou o seguinte depoimento:

"Os aproximadamente 350 pacientes estão distribuídos em 8 pavilhões, com 40 pacientes em cada. Como a equipe de Psicologia é composta de 4 psicólogos, cada um responde pelo atendimento de 2 pavilhões. Isso impossibilita qualquer trabalho no setor de Psicologia, a nível individual ou mesmo grupal. Muitos pacientes acabam ficando deitados na cama durante quase todo tempo, recebem somente medicação e não têm qualquer assistência psicológica. Acabamos fazendo um trabalho de remediar a situação, porque acontece algum problema urgente com um paciente e, daí, somos chamados a intervir na situação.

Há cerca de 2 anos, começou a ser desenvolvida uma proposta de trabalho com supervisões institucionais. Havia técnicos trabalhando nos oito pavilhões e nas diferentes atividades (teatro, horta, jornal etc.). A nossa atuação de Psicologia visava não somente ao contato direto com os pacientes, mas pretendia também trabalhar com os funcionários. Em nossa opinião, cada funcionário é um agente terapêutico, que pode atuar junto com os técnicos. Todo este trabalho foi interrompido em novembro do ano passado. Desde então, ficou muito difícil trabalhar com os atendentes que ficam expostos ao contato direto com os internos, durante 12 horas seguidas. Não é à toa que alguns deles apresentam distúrbios psicológicos e são encaminhados para fazerem tratamento.

A crise do Manicômio Judiciário dá indícios de poder tornar-se generalizada. Estamos com dificuldades até de descer nos pavilhões ou de ir para os pátios onde ficam os pacientes. A insatisfação que era inicialmente só dos funcionários, agora passou a ser também dos pacientes. Com a redução de médicos, de 22 para os atuais 9, os laudos emitidos por eles, dos quais os pacientes dependem para serem

julgados pela Justiça, estavam sendo elaborados em ritmo lento e agora pioraram mais ainda. Existem 60 laudos que já deveriam ter sido encaminhados e até janeiro de 88 não tinham sido feitos ainda.

Diante da gravidade dos problemas enfrentados, a Associação dos Servidores do Manicômio Judiciário vem reivindicando providências das autoridades competentes. Vem mandando, desde 1987, ofícios para a Secretaria de Justiça, descrevendo as péssimas condições de trabalho e exigindo uma resposta, porque as atuais circunstâncias poderiam tomar um vulto ainda maior.

Em novembro de 87, houve uma manifestação de funcionários na frente da Secretaria de Justiça, em que se levou um ofício reivindicando a resolução da crise num prazo de 7 dias. O Secretário da Justiça prometeu tomar providências em 45 dias. Até janeiro último, quase nada foi feito.

Em janeiro, houve outra manifestação em frente ao Palácio dos Bandeirantes e falamos com o Secretário das Relações Sociais. Acho que dessa vez perceberam que o movimento estava crescendo e foi prometida a equiparação de salários com a Secretaria de Saúde, para o próximo mês de abril. Ouvimos essa promessa apenas verbalmente e não há documento escrito a esse respeito.

Uma das poucas modificações promovidas foi a substituição do nome tradicional da instituição para Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Franco da Rocha, o que não significou mais do que um simples despacho administrativo."

Em janeiro último, o CRP-06 e as entidades - Conselho Regional de Assistentes Sociais, Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e Sindicato dos Assistentes Sociais - marcaram audiência e foram recebidos pelo Secretário de Justiça que prometeu resolver todos os problemas até maio e, também, voltar a recebê-los.

Quando já tínhamos concluído esta matéria, o CRP-06 tomou conhecimento de que um dos psicólogos do Manicômio foi transferido para trabalhar na Penitenciária de Presidente Venceslau, segundo portaria publicada no Diário Oficial, em 25 de fevereiro de 88. Este psicólogo teve intensa participação nos últimos acontecimentos reivindicatórios como membro da diretoria da Associação dos Servidores do Manicômio Judiciário de SP.

MANICÔMIO

J.A. Guilhon Albuquerque

A crise no Manicômio Judiciário de S. Paulo tem aspectos conjunturais evidentes. Nesse sentido, ela não difere muito de outras crises que vêm se manifestando em setores relacionados com a saúde mental. No Juqueri, funções administrativas estratégicas, como a diretoria técnico-administrativa, a assessoria responsável pela admissão de pessoal e o setor de compras voltaram recentemente às mãos de políticos locais; as reuniões de técnicos foram proibidas e procederam-se a transferências por castigo. No Rio foi desfeita a equipe do Hospital Pedro II, responsável por um importante processo de humanização do tratamento mental, baseado em critérios acadêmicos de notória seriedade; e a nova direção, organista e autoritária, faz questão de voltar algumas décadas para trás.

No campo da saúde, de maneira geral, o panorama é semelhante: atitudes francamente reacionárias, critérios administrativos burocráticos e clientelísticos, autoritarismo nem

Agência Folhas



sempre latente, ora em busca de inovação, ora em busca de generosidade.

Para além disso, entre as crises de ordem econômica e a crise de ordem social, há dado seu caráter como consequência de um processo de mudança de valores. Ademais, por ele colado um peso social e político representativo de um todo.

De como se manifesta o problema, portanto, depende da saúde mental da sociedade. Já a origem da crise, a raiz do problema, está na estrutura funcional dos serviços, na montagem do sistema, no passo decisivo

ernados do Manicômio Judiciário.

MANICÔMIO: A QUADRATURA DO CÍRCULO

que
manicômio
de S. Paulo
s conjun-
ntes. Nes-
la não di-
de outras
vêm se
lo em se-
cionados
e mental.
funções
ivas es-
a técnico-
a respon-
al e o se-
ntemen-
s; as reu-
obidas e
cias por
a equipe
isável por
umaniza-
baseado
le notória
o, organi-
de vol-
rãs.
aneira ge-
nte: atitu-
ias, crité-
ráticos e
mo nem

sempre latente. Em todo o País, ora num, ora noutro nível de governo, a caça às bruxas tem vários alvos: a inovação, a eficiência administrativa, a generosidade, a seriedade científica.

Para além dos aspectos conjunturais, entretanto, é preciso reconhecer que a crise também espelha dificuldades de ordem mais permanente. Há cerca de quatro anos, a razão de ser da crise era o inverso: o Manicômio, dado seu caráter prisional, era encarado como incompatível com a concepção de saúde mental que o Governo Montoro pretendia pôr em prática. Ademais, os problemas específicos por ele colocados pareciam constituir um peso suplementar no grave contencioso administrativo, médico e político representado pelo Juqueri como um todo.

De comum acordo, transferiu-se o problema para a Justiça. Agora, é justamente a vinculação do pessoal de saúde mental do Manicômio à Secretaria de Justiça que parece estar na origem da crise. Vê-se, portanto, que a raiz do problema se encontra precisamente na impossível inserção institucional do Manicômio e de seus agentes, montados entre dois cavalos de passo desigual.

Luiz C. Murauskas/Agência Folhas



Este prédio foi inaugurado em 1933, no conjunto hospitalar psiquiátrico Franco da Rocha, e permaneceu como sede do Manicômio Judiciário até recentemente (janeiro de 86). Durante este tempo todo, a sua fachada foi uma das imagens bastante veiculadas deste tipo de instituição manicomial.

Na sua concepção, o Manicômio Judiciário tem a pretensão de realizar a quadratura do círculo das instituições disciplinares. As idéias de recuperação, ligadas a um sistema de disciplina dos corpos e vigilância das almas, estão no cerne dessas "instituições completas e austeras" que o Século XIX nos legou, e que Goffman chamou de totais: prisões, asilos, casernas, internatos, reformatórios. Todas convergem para fazer, da alma, prisão do corpo, como resultado da combinação ambígua de práticas de punição e vigilância, de exercícios e exames, de arregimentação e individualização.

Todas convergem para ambigüidade, que faz duvidar desses exercícios físicos exaustivos que garantem a pureza d'alma nos internatos; dessa automatização que condiciona à prontidão nas casernas; desse constrangimento das prisões que recupera para a liberdade. Todas, menos o manicômio.

A idéia do manicômio se realizou antes de serem levantados os primeiros muros. Ela já estava presente quando os primeiros médicos procuraram introduzir a especialidade do alienismo na medicina legal, estabelecendo, nos tribunais, uma disputa com a profissão jurídica em torno da verdade sobre a loucura criminosa.

Vista do seu próprio ponto de vista (e também da ótica judiciária), a intervenção médica nos crimes irracionais subtrai o criminoso à punição judicial. Vista com olhos analíticos, ela se apodera dessa categoria de criminosos e, por deter sua verdade, assume, diante da sociedade (e do Estado), a responsabilidade pelo destino desses homens e mulheres colhidos em sua rede institucional. Portanto, a intervenção médica constitui um campo disciplinar "especial" sem ambigüidades, onde a doença não é apenas uma metáfora do crime, onde a reeducação é realmente condição de reinserção na sociedade, onde a autoridade do saber médico não poderia ser mais legítima; onde, por tudo isso, o asilo não precisa pedir desculpas por ser prisão.

O Manicômio é a verdade da medicina mental. Essa medicina "especial" está, para as especialidades médicas, assim como o psicanalismo es-

tá para a psicanálise. São o resultado da transferência da legitimidade de um campo científico para fora de suas condições metodológicas e institucionais de produção de conhecimentos.

No preciso momento em que se estabeleciam as bases científicas da medicina, na anátomo-clínica, a medicina mental se desenvolvia através de sistemas classificatórios, de conceitos aparentados à velha medicina das espécies, sem a mais remota base empírica ou experimental, sem referências à localização, nem ao agente patogênico, chaves da medicina moderna. Não vem ao caso, aqui, discutir por que a loucura se modernizou em doença mental, e não em crime, em pecado, ou outra qualquer metáfora da desordem.

De qualquer modo, é indiscutível que o asilo é um hospital de loucos, assim como o reformatório é uma escola de delinquentes, e as tropas "especiais" são um quartel de criminosos. Nessa ordem de idéias, o manicômio é um asilo de criminosos, produto de uma entre muitas convergências disciplinares, mas destinado a levar essa convergência às suas últimas consequências.

Que vem aí fazer a psicologia - ainda que mal pergunte? Bem sei que aí se colocam os respeitáveis problemas corporativos, as inarredáveis contingências de mercado. Mas é lícito perguntar se o "crime", pelo menos, compensa!

A medicina, em todo caso, tem uma longa tradição, que remonta às grandes pestes e se consolida na primeira metade do século XIX, de presidir à cabeceira do organismo social doente. Seu conceito de causalidade, organizado em torno da ação por contato entre um agente material e um ponto localizável e igualmente material do organismo, está muito bem assente nas mentalidades modernas, inclusive na concepção popular de doença mental - não me refiro aos males "espirituais".

Não é o caso de demonstrar exaustivamente, mas creio que não é difícil aceitar a hipótese de que as psicologias trabalham com noções de causalidade estrutural e por sobredetermi-

nação. Isto é, aceita-se geralmente que o patológico resulta da combinação (diferente) dos mesmos elementos presentes no normal. (O normal, dizia Freud, aceita a realidade como o neurótico, e é capaz de transformá-la como o psicótico.) Aceita-se, também, que uma mesma patologia pode resultar de uma constelação de condições suficientes, nenhuma delas individualmente necessária. Cada um poderá imaginar, para um campo especial da profissão, o que aqui se aplica ao terreno da psicopatologia.

Com tal background epistemológico é difícil esperar da psicologia o grau de suposta fidedignidade do diagnóstico e do prognóstico que está no cerne da própria concepção manicomial. O perito em medicina mental pode duvidar de uma peritagem em particular, e até de todas, tomadas individualmente, mas não pode duvidar do princípio da perícia, que repousa no caráter pretensamente científico da medicina mental. Pareceria, ao contrário - pelo menos é o que seria de esperar-se - que ao psicólogo é mais lícito ter certeza sobre um diagnóstico em particular, do que fiar-se no princípio da desmistagem e da diagnosticabilidade universal da patologia mental.

O princípio do Manicômio é a quadratura do círculo: um asilo que é totalmente prisão, mas uma prisão que é totalmente hospital. Contudo, o círculo não é quadrado e, portanto, não há solução possível nesse hibridismo. Então, por que não tratar aqueles que são principalmente loucos como tais? E por que não tratar os que são principalmente criminosos como tais?

O único obstáculo parece ser a lei que prescreve a inimputabilidade dos doentes mentais, que é sempre invocada para fins de exclusiva estratégia processual, nunca de estratégia terapêutica. Ou será que não se sabe mesmo fazer a diferença entre loucos e criminosos? Mas, então, seria o caso de reconhecer que o que está em questão é o próprio princípio da inimputabilidade.

J.A. Guilhon Albuquerque é professor de Ciência Política na USP, autor de *Metáforas da Desordem* (Ed. Paz e Terra), *Instituição e Poder* (Ed. Graal).



As ações de Saúde e Educação, em Sto. André.

Implantada em 1985, a Delegacia de Santo André reúne, hoje, cerca de 1.800 inscritos, vindos das cidades de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano. Embora tenha menos de 3 anos de funcionamento, a entidade já conseguiu consolidar o seu programa de ação que se norteia por três objetivos intrinsecamente relacionados: organizar a categoria; debater sua formação técnico-profissional; e inserir-se politicamente na região. Marlene Bueno Zola, Delegada Regional de Santo André, conta: "esses eixos básicos que delineiam nossa atuação não se estabeleceram *a priori*. Foi através da prática, desde o início dos trabalhos, que este rumo se definiu".

Organização da Categoria

Dentro do propósito de organizar a categoria se enquadram as atividades das Comissões: Saúde, Organizacional e Educação — que são constituídas por profissionais vinculados à cada uma destas áreas, seja em instituições públicas ou empresas privadas. A ação das Comissões, no plano geral, se dá desde a simples troca de experiências, até a preparação de debates, seminários etc. A comissão de Educação, por exemplo, montou um cadastro completo dos docentes de 2º grau que estão alocados em escolas da rede pública e particular, além de manter reuniões periódicas com os professores para refletir sobre seu papel profissional.

Ainda com a perspectiva de organização, a Delegacia realiza reuniões de integração com os novos inscritos, que acontecem em média duas vezes por mês. Nessas ocasiões, o psicólogo tem a possibilidade de conhecer o trabalho desenvolvido pela entidade e, também, de discutir sobre os aspectos político-sociais da profissão. O re-

sultado tem sido positivo. Tanto é assim, que muitos dos participantes das comissões atuais se aproximaram do Conselho, atendendo aos convites feitos nesse primeiro contato.

Debate Técnico-Profissional

O encaminhamento de eventos abrangentes — como "O papel da Psicologia em Relação à Mulher na Sociedade", "I Encontro de Professores de Psicologia do 2º Grau no Grande ABC" e "A Psicologia e o Trabalho" (realizados em 1987) — correspondem ao objetivo direcionado à formação técnico-profissional. No mesmo eixo, inclui-se a meta da Delegacia de estreitar suas relações com as faculdades locais. Nesse sentido, foram feitas reuniões nas Faculdades Senador Fláquer, Metodista e FEC, onde discutiu-se a questão do credenciamento do supervisor. Além disso, está sendo viabilizada, atualmente, a criação de oportunidades para a categoria debater teses defendidas nos Cursos de Pós-Graduação da região.

Segundo a avaliação de Marlene Bueno Zola, "neste trabalho-falta ainda estabelecer um contato mais sistemático com os alunos. Já foram efetivadas algumas atividades com eles: projeção do vídeo "Psicologia, Imagens, Ações"; debates sobre currículo e palestras. No entanto, consideramos que seria necessário elaborar um programa específico e regular voltado aos estudantes, tal qual as reuniões de integração feitas com os novos inscritos".

Inserção Político-Social

Com relação à estratégia de inserir-se politicamente na região, a Delegacia procurou implementar ações em conjunto com o setor público, como os trabalhos realizados com o ERSA-9 (Escritó-



Agência Folhas

rio Regional da Saúde — 9ª Região), onde se discutiu a saúde da mulher e do adolescente. Ao participar de programas encampados pelos órgãos estaduais e municipais, a entidade visa ampliar a oferta de serviços de Psicologia dirigidos às classes populares e, ao mesmo tempo, busca abrir novos campos de atuação para os profissionais.

Nessa linha, agora em 1988, está sendo implantado um importante projeto de atendimento psicológico e fonoaudiológico aos alunos matriculados nas escolas estaduais dos municípios do ABCD. A iniciativa partiu do ERSA-9 ao lado da Divisão Regional de Ensino-6 Sul, que contaram com a colaboração do CRP — Delegacia de Santo André.

O programa prevê que cada uma das 6 delegacias de Ensino (pertencentes à DRE-6 Sul, ABCD) terão

três psicólogos e três fonoaudiólogos que atuarão em escolas-núcleo. Esses profissionais trabalharão visando promoção, prevenção e tratamento no atendimento à saúde da população escolar, fazendo encaminhamentos quando necessários.

Para ocupar essas funções, foram selecionados 18 psicólogos, aprovados no concurso realizado pelo ERSA-9, em novembro passado. Outro programa, que implicou ampliação de atendimentos na área de saúde mental e consequentes contratações, foi o Hospital-dia implantado pelo Escritório Regional de Saúde-9, integrado ao INAMPS e Prefeitura Municipal de Santo André. No total, foram admitidos 30 profissionais psicólogos, alocados nos dois projetos citados e em vagas abertas nos Centros de Saúde da região do ABCD.

O auto-conhecimento e a negritude



Neste ano em que se comemora o Centenário da Abolição da Escravatura, a discussão sobre a condição do negro ampliou-se significativamente. A ênfase dos debates concentra-se no problema da discriminação racial que existe, embora apareça camuflada nas relações sociais brasileiras. A questão vem sendo abordada sob diferentes aspectos: econômico, político e social. Todavia, um enfoque tem sido pouco pensado: o psíquico. Como fica a elaboração da identidade da pessoa negra frente à sua vivên-

cia marcada pela segregação?

Silvia de Souza, uma Psicóloga negra que faz atendimento psicoterápico, afirma que "em princípio o processo de auto-conhecimento implica enfrentar carências e dificuldades intrínsecas do indivíduo, independente de sua cor. No entanto, no trabalho com pacientes negros é possível perceber a existência de sentimentos comuns, que estão nitidamente vinculados às suas origens étnicas, sobretudo no que se refere às humilhações experimentadas no decorrer de suas vidas."

Na opinião de Silvia de Souza a primeira manifestação que surge no paciente negro, que não tem consciência racial, é o sentimento de inferioridade. Isso se revela co-

mo impotência para enfrentar a vida, ou então, coloca-se na outra polaridade: mostrando-se superior e apresentando necessidade de poder e auto-afirmação. "A conscientização íntima acerca da discriminação não acontece facilmente. O contato com este conteúdo emocional geralmente vem acompanhado de bastante sofrimento."

Outro fator que complica a elaboração da identidade é a dupla mensagem transmitida socialmente. "A sociedade brasileira tem como poder dominante a raça branca e o negro está situado na inferioridade. Entretanto, o que se preconiza é uma pseudo-democracia racial. Então, essa ambivalência gera no negro um emaranhado de senti-

mentos que fazem com que ele não saiba quem é, pois sente-se preterido e, ao mesmo tempo, impotente diante da rejeição não expressa claramente", argumenta Silvia.

Para Silvia de Souza não há como lidar com essas emoções sem estabelecer a ligação com os aspectos sociais. "A história vivida em termos coletivos recalca de forma inevitável sobre a história individual". Talvez essa constatação explique o porquê da ênfase na esfera grupal quando se discute a negritude. "A carga é pesada demais para um indivíduo enfrentá-la sozinho: a identificação, no sentido comunitário, torna-o mais forte para confrontar as barreiras e buscar saídas para sua afirmação como indivíduo", ela conclui.

ANDRÉ G. GROWALD (CRP-06/01451-0)

comunica aos amigos e colegas seu novo telefone: (011) 825-9192, permanecendo seu endereço inalterado.

LUDOTERAPIA

Montamos, com a supervisão de psicólogos especializados, caixas de ludoterapia completas, com todos os brinquedos necessários à psicoterapia infantil. Entrega imediata no local. Pedidos: (011) 544-1499.

FREUD em promoção

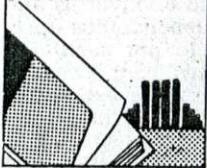
Português (24 volumes, Imago) Espanhol (03 volumes)
 — Manual de Psiquiatria, de Henry Ey (de Cz\$ 5.500,00 por Cz\$ 4.500,00)
 — Manual de Psiquiatria, de Ajuriaguerra (de Cz\$ 5.500,00 por Cz\$ 4.500,00).
 — Vocabulário de Psicanálise, de Laplanche.
 Receba em sua residência. Anote este telefone (011) 255-5777 ramal 9396, com Renato.

Um livro-ferramenta de Saúde Mental

Vera Lúcia Colucci



Resenha



Antes de qualquer consideração, o livro *Saúde Mental e Cidadania* marca um acontecimento: o II Congresso dos Trabalhadores em Saúde Mental do Estado de São Paulo, realizado em outubro de 86. E, falar sobre um livro com esta origem não é coisa que se possa fazer sem datar. Fruto do crescimento do movimento dos trabalhadores em saúde mental, o Congresso acontece numa época que vale a pena situar, ainda que brevemente. Era o fim do primeiro governo eleito pelo voto popular após 64. Este governo havia incorporado em seus quadros elementos tradicionalmente críticos ao modelo vigente de atenção à saúde mental. Nesta área, foram criados projetos que levaram à elaboração de novas ações, a um aumento do contingente dos trabalhadores em saúde mental e também, conseqüentemente, à colocação de novos problemas e questionamentos. Além disso, estávamos vivendo

a preparação para novas eleições, para governador do Estado e também para senadores e deputados federais que fariam parte do Congresso Constituinte. Sintomaticamente, nas comunicações da grande imprensa sobre a disputa eleitoral nunca ficava suficientemente claro que a escolha pelos deputados e senadores significava a escolha dos constituintes... Havia, em contra partida, um sentimento geral de que o retrocesso se avizinhava cada vez mais.

É nesse contexto que acontece o II Congresso dos Trabalhadores em Saúde Mental, com sucesso inegável. A resposta que obtiveram as várias entidades de trabalhadores em saúde mental, os exclusivos organizadores do Congresso, foi vigorosa: cerca de mil pessoas participando e cerca de 50 trabalhos inscritos. Era como se quiséssemos estar juntos e num espaço próprio, sem perigo de usurpação. E o Congresso parecia veicular essa vontade do exercício da autonomia: havia um sentimento de "é nosso". Decididamente não foi um encontro de "habitues", nem do lado de cá nem do lado de lá da mesa. Foi realmente um momento de climax de participação dos "mentaleiros".

Deste Congresso surgiu o Plenário dos Trabalhadores em Saúde Mental, composto por entidades e grupos da área que quisessem se integrar. Um dos atos desse Plenário foi a organização e edição do livro *Saúde Mental e Cidadania*, que é como um gesto que prossegue imprimindo na história do movimento sua potência e vontade de autonomia.

A "Apresentação" do livro, que leva a assinatura do Plenário, e o "A modo de posfácio", de Antonio Lancetti, procuram elucidar, de maneiras diferentes, as circunstâncias e os objetivos da publicação. Trata-se de um livro "ferramenta para ações produtivas", entendendo que se tratam de ações no campo das lutas políticas, sejam elas a nível macro como micro social. Co-

mo um livro que surge de um movimento, ele é documento e divulgação das idéias que se pretendiam difundir e fazer firmar.

O próprio momento político do País, como dissemos antes, ensejava a recuperação dos conceitos de cidadania, direitos sociais, o significado do que vem a ser Lei e Constituição. Recolocava-se a discussão do direito à saúde e do direito à vida como direitos fundamentais; do conceito de saúde estendido às condições de vida e trabalho da população; do estatuto do louco nas leis brasileiras e das práticas concretas que o institucionalizam como doente mental, segregando-o e anulando sua singularidade. Era também momento para se veicularem e discutirem propostas de Reforma Sanitária e aprendermos com as experiências em desenvolvimento, como a italiana. Todos estes são efetivamente temas tratados nessa coletânea de seis artigos escritos por Regina Marsiglia, Dalmo Dallari, Jurandir Freire Costa, Francisco Drummond Marcondes de Moura Neto, Roberto Tykanori Kinoshita e Antonio Lancetti.

A leitura desse livro deixou-me, porém, questões. A primeira é uma reclamação: de tantos outros trabalhos inscritos no Congresso não temos nesse "livro-ferramenta" qualquer informe sobre o restante da produção: seus títulos; se estão arquivados; se é possível ter acesso a eles ou a seus autores; enfim, do que tratavam e onde foram parar? Por outro lado, a leitura dos textos deixou-me a sensação de ter ficado a ver navios no que diz respeito à saúde mental propriamente dita.

O que é da Saúde Mental? Por que é tão difícil especificá-la e achar o seu lugar? Já pelos títulos, os termos louco e psiquiátrico aparecem três vezes em cinco. A própria capa, com a carta do Tarô, "o louco", me deixou intrigada. Quando a questão da saúde mental serve de introdução à fala do autor, a pas-

sagem do termo *saúde mental* para o termo *doença* ou *doente mental* é feita de maneira quase imperceptível. E fala-se de um sem se perguntar pelo outro, assim diretamente, como se se tratasse do mesmo objeto. E o professor Dalmo Dallari quem vai tratar de modo mais extensivo a questão da saúde mental. Talvez mesmo por ser um jurista e não estar viciado nos discursos sobre a psiquiatria e a psiquiatrização, é ele quem vai fazer a pergunta mais radical: "Por que as questões de saúde mental não constam nem mesmo das constituições mais avançadas?" Nossa Constituição não faz menção ao direito à saúde como responsabilidade do Estado, mas também não fala do direito à vida como um direito fundamental. Com questões tão básicas, Dallari vai alinhavando as questões da saúde mental às condições de vida do trabalhador. Estão intimamente ligadas.

Da tensão entre o macro e o micro-político sempre temos mais clareza do programa para o macro. Será possível formularmos uma ética que pudéssemos defender em conjunto?

Por que a larga dominância do discurso sobre a doença mental e o doente mental? Quase como um código de linguagem, se esse discurso permite unir e criar traços de identificação, também deixa a sensação do mesmo, do desgastado, do importado. Quais são nossos problemas? O que está acontecendo hoje na rede de assistência? Infelizmente, os textos escolhidos não nos deixam entrever essas outras questões... A carta do Tarô, "o louco", que serviu de capa ao livro, assume aqui uma posição quase emblemática. Uma leitura sobre os significados simbólicos dessa carta, em *O Tarô ou a máquina de imaginar*, de Alberto Custé, pode ser um exercício extremamente imaginativo...

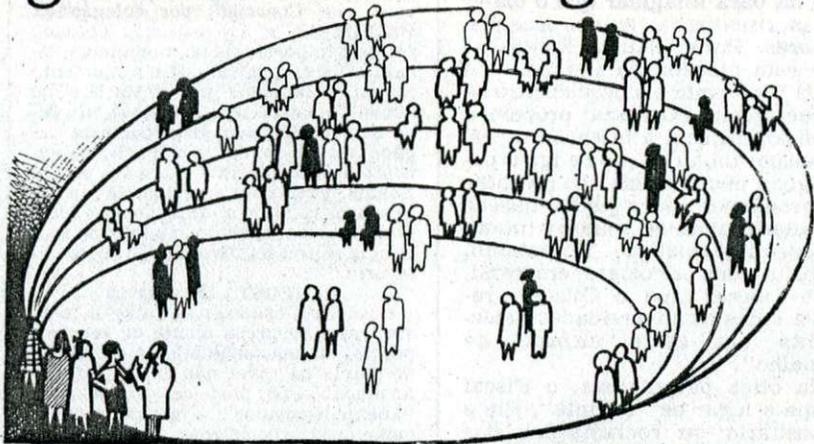
Vera Lúcia Colucci é psicanalista e supervisora de equipe de saúde mental na rede pública.

O 1º Congresso de Psicologia da 6ª Região

Em outubro próximo, o CRP-06 realizará um Congresso de Psicologia que está sendo organizado, desde fevereiro de 88, por um grupo composto predominantemente de Conselheiros. O temário ainda não foi concluído, mas os objetivos que determinam tanto o conteúdo de discussão quanto sua forma de encaminhamento já se definiram a partir da proposta de levantar novas questões em relação à Psicologia, vista como ciência e profissão.

Tradicionalmente, os debates enfatizam os temas teórico-técnicos separando-os da prática profissional e política. Todavia, o Conselho entende que um Congresso — preparado por esta entidade representativa — tem o papel de reverter essa dissociação, trazendo à luz reflexões que abarquem o imbricamento existente entre os dois referidos aspectos.

Os temas, que nesse momento estão em fase preliminar, procurarão abarcar o leque mais amplo possível das práticas e concepções nas áreas de Saúde, Trabalho e Educação, inclusive a política do setor público, a nível estadual e nacional. Apenas a título de exemplificação, daremos abaixo dois temas (dife-



rentes "linhas" psicoterápicas, mercado de trabalho) que demonstram como estão sendo propostos os eixos dos debates a serem deflagrados.

As diferentes "linhas" psicoterápicas não serão discutidas a nível de comparação, de defesa ou aprofundamento de qualquer uma delas. O que interessa é focar o ponto comum presente em todas: o atendimento oferecido à população, que implica discutir, por exemplo, as atitudes éticas profissionais.

No mesmo sentido, pretende-se também pensar sobre o afunilamento do mercado de trabalho em contrapartida à formação técnica. As faculdades continuam contribuindo (através dos seus currículos) para a reprodução de uma concepção acerca da atuação clínica do Psicólogo restrita aos consultórios. Por que não ver a rede pública como mais uma possibilidade de trabalho? Ou ainda, a Psicologia é uma profissão de saúde? Se compreendemos que sim, o campo de ação amplia-se. E daí, como fica a

discussão epistemológica frente à mudança do objeto da ciência?

Em consonância com os objetivos gerais, a forma de encaminhamento do evento já prevê um espaço para a participação dos profissionais e grupos, tanto na fase de preparação, como nas oportunidades abertas à apresentação de temas livres. Além disso, estão sendo convidadas várias entidades — como Plenário dos Trabalhadores de Saúde Mental, Conselho Federal de Psicologia, Sindicato dos Psicólogos, entre outras — para organizar, conduzir e coordenar mesas-redondas, de acordo com seus critérios.

O público alvo são os Psicólogos da 6ª Região e de outras Regionais, estudantes de 4º e 5º anos, autoridades e também — conforme as perspectivas de trabalho em equipes multiprofissionais — os profissionais de outras áreas. O Conselho aguarda a apresentação de sugestões e propostas dos colegas, e coloca-se à disposição dos que quiserem participar da preparação do evento. A inscrição de temas livres pode ser feita até o final de julho, à Rua Borges Lagoa, 74 — Vila Mariana — São Paulo.

O que fazem os fiscais do CRP-06?

Uma das atribuições do CRP é regulamentar o exercício profissional e, consequentemente, lidar com a qualidade dos serviços prestados pelos psicólogos à população. Como esta tarefa da entidade tem sido levada na prática? Uma das formas de responder é o trabalho dos fiscais do CRP-06, que mantêm contato direto e frequente com os psicólogos. Este trabalho vem sofrendo muitas mudanças na sua história recente, conforme relatamos abaixo.

Criados em 1971, durante o governo militar, os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia tinham nas suas origens o objetivo de "controlar" o exercício profissional. Assim, a ação dos órgãos, no início, se caracterizava prioritariamente como "fiscalizadora". Foi só no final da década de 70, com o surgimento dos movimentos de redemocratização, que esse perfil transformou-se.

No caso do CRP-06, a mudança ocorreu a partir de 1980, quando foi eleita uma chapa de oposição que visava imprimir um programa de organização e mobilização da categoria. Daí, para empreender tal política, foi necessário começar pelo fundamental: a alteração dos critérios da fiscalização. Desse modo, a COF (Comissão de Orientação e Fiscalização — composta por três Conselheiros, um Assessor Jurídico, um Coordenador e a equipe de Fiscais) assumiu uma conotação que contrapunha-se ao método repressivo encaminhado até então.

Nas duas gestões que se seguiram, essa linha de trabalho se aprofundou. Segundo Sueli Duarte Pacifico, Conselheira presidente da COF, "o Fiscal vai (pessoalmente) até o Psicólogo para conhecer suas condições de atuação e orientá-lo conforme suas necessidades. No ato dessa visita, o Fiscal é o Conselho — enquanto representante — e, por isso, sua postura nesse contato está sempre estritamente vinculada às diretrizes da entidade como um todo".

E, na diretriz atual, não há o menor interesse em "policiar" as irregularidades. "A experiência já mostrou que a punição, em si, não resolve a maioria dos problemas encontrados no exercício da Psicologia. Então, a perspectiva da Comissão é a de suprir a desinformação presente entre os profissionais, para levá-los a desempenhar seu papel da melhor maneira possível", explica Regina Heloisa Maciel, Conselheira membro da COF.

O medo de ser punido

Embora já se registre mais de 6 anos de empenho no sentido de consolidar o enfoque da orientação, ainda não se pode afirmar que a proposta tenha se efetivado na sua totalidade. Houve, sim, uma evolução, mas a prática da nova abordagem continua esbarrando em dificuldades. Gláucia Bastos, uma Fiscal que acompanha o processo de modificação desde 1982, conta que "no começo o principal entrave era a visão persecutória existente em relação ao Conselho. O profissional tinha tanta resistência que, às vezes, chegava a entrar em pânico quando recebia nossa visita. E por causa do medo de ser castigado, ele inventava desculpas descabidas para justificar erros óbvios como o de colocar uma secretária aplican-

do testes psicológicos em seu lugar".

Uma situação vivida por outra Fiscal, entre 1982 e 1983, retrata bem a que extremos atingia o temor da punição naquela época. Zilá Soucheff relata: "o caso ocorreu em Mato Grosso, numa cidade perto de Cuiabá, onde fui visitar um psicotécnico. O funcionamento do instituto estava totalmente inadequado e por isso apreendi o seu material. Depois, à noite, quando estava no hotel, recebi um telefonema de um deputado que exigia o material apreendido de volta. Como me recusai a devolvê-lo, ele fez claras ameaças que punham em risco a minha segurança pessoal".

A desinformação é o maior problema

Diante dessas reações "paranóicas", a ação do Fiscal era (e continua sendo) educativa. Ele mostrava ao profissional como e por que (do ponto de vista ético e técnico) as irregularidades não podiam se manter. Com isso, o medo da "vigilância" foi sendo superado ao longo do tempo. Amarilis Mensório, Fiscal que trabalha há 10 meses na grande São Paulo, confirma que a recepção agora é mais tranquila. Na sua opinião, "há apenas um certo receio, resultante sobretudo da desinformação. Os psicólogos, na sua maioria, não sabem quais são os objetivos da COF e, além disso, muitos desconhecem até mesmo aspectos éticos e legais da profissão. Então, não é raro encontrá-los cometendo irregularidades na sua atuação, sem terem sequer a consciência do equívoco".

Maria Isabel Calil, Fiscal que atua há 10 anos na região de São José do Rio Preto, concorda com esta avaliação e complementa: "numa visita que fiz, eu orientei uma profissional no sentido de queimar o seu caderno de testes que estavam muito rasurados; ela me respondeu que queria levá-los para sua casa, pois iria ensinar os testes ao irmão (na hipótese de ele vir a prestar seleção num banco). Frente a um episódio desse tipo, percebi que a desinformação ultrapassa os limites da ética e revelam falhas da própria competência técnica".

Com circunstâncias assim definidas dá para imaginar que o dia-dia da fiscalização tem os seus sabores. Para Gláucia Bastos — que está alocada na Capital — o mais frustrante é o desencontro de expectativas. "O Fiscal procura o profissional com a intenção de estabelecer uma relação de igual para igual, onde os dois vão levantar os problemas, para juntos buscar as alternativas de solução (numa perspectiva coletiva). No entanto, a postura dos psicólogos, em geral, é de esperar que o Conselho resolva todas as adversidades detectadas em cada campo de trabalho".

Na ótica paternalista, o Fiscal ocupa o lugar de "ouvinte". Ele é depositário de reclamações das mais variadas ordens: trabalhistas, legais, salariais, didáticas, administrativas, entre outras. "Não existe a percepção de que o CRP somos nós, ou seja, não está claro que a mobilização da categoria é imprescindível para a entidade poder enfrentar os inúmeros obstáculos da área", argumenta Isabel Calil.

Como demonstração do grau restrito de politização, Amarilis Mensório cita o caso de uma Associação de Psicólogos que é dirigida por um "não-psicólogo". "O que causou maior estranheza foi verificar

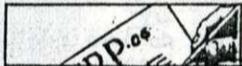
que os profissionais (próximos da Associação) sabem do fato e permitem que um leigo os represente", ela comenta.

Diferenças entre Capital e Interior

A realidade desanimadora se constata no relato dos diversos Fiscais, independente da região que trabalham. Todavia, as especificidades geográficas, sociais e de infra-estrutura existentes no interior determinam diferenças em alguns aspectos. Zilá Soucheff (atualmente alocada em Baurão) acredita que a fiscalização fora da Capital apresenta vantagens e desvantagens. "A ação na cidade sede (onde se localiza a Delegacia do CRP) é efetiva e gratificante. A proximidade física com os profissionais propicia um conhecimento maior de suas dificuldades e facilita a orientação. Por outro lado, nas outras cidades pertencentes àquela Regional acontece o contrário: as grandes distâncias e o número elevado de locais pulverizam a atuação e, claro, não é possível manter o mesmo nível de acompanhamento".

Mato Grosso do Sul

A mesma problemática é vivida por Paulo Barbosa, Fiscal que cobre todo o Mato Grosso do Sul. Por se tratar de uma experiência peculiar em outro Estado, ele narra a história da orientação, lá, desde o seu princípio. "A Delegacia Regional local foi implantada em 1981, mas a fiscalização foi desenvolvida pelo próprio Delegado até final de 1985. Então, nesse período enfrentavam-se ilegalidades tão absurdas que só a ação punitiva podia resolver. Em fevereiro de 1986, ocorreu



Os Leitores Escrevem

No dia 27 de janeiro de 1988 o CRP-06 recebeu uma carta (acompanhada de abaixo-assinado de 25 psicólogos da FEBEM) dirigida à Diretoria, que publicamos, na íntegra:

"Nós, psicólogos da FEBEM/SP, vimos pela presente, manifestar nosso protesto pela postura omissa do CRP frente à manifestação grevista dos trabalhadores desta Fundação, na qual nossa categoria está representada por um número significativo de profissionais. Informamos que além de divulgação da imprensa, foram feitos contatos (tanto por telefone como pessoalmente) com este Conselho, por colegas da FEBEM/SP, e as respostas obtidas, frente à importância do movimento, foram evasivas, sendo que em momento algum recebemos manifestações de apoio. Temos certeza que nossa luta deva ser considerada justa por este Órgão, que tem também a função de garantir nossos direitos enquanto profissionais. Frente ao ocorrido, se faz necessário refletir a atuação que este Conselho vem desempenhando, no sentido da representatividade de nossa categoria."

RESPOSTA DO CRP-06

Esta carta causou-nos, antes de tudo, surpresa. Surpresa diante do seu teor parcial, da acusação injusta e sobretudo diante da revelação de total desinformação — por parte dos profissionais "abaixo-assinados" — no que diz respeito tanto ao posicionamento do Conselho em relação à mencionada greve, quanto ao próprio histórico de atuação da entidade frente às questões colocadas pela FEBEM e outras instituições de mesma natureza.

Assim, no lugar da resposta, cabem as perguntas: os referidos colegas conhecem o Ofício nº 1844 (datado em 18 de novembro de 1987) entregue em mãos, aos cuidados da Presidente da FEBEM/SP, onde o CRP-06 posicionou-se em favor das reivindicações defendidas no movimento grevista, pelos trabalhadores dessa Fundação? E ainda, leram a nota publicada no Jornal CRP-06, edição nº 52, na qual foi divulgado o mesmo fato?

Como se vê, nossa postura não foi tão

o processo de seleção do Fiscal, do qual participaram várias instituições representativas de Psicologia na região. A partir dessa ocasião, a articulação estabelecida conjuntamente permaneceu, e o meu trabalho ganhou um respaldo político que fez deslanchar o encaminhamento da nova proposta da COF".

Os limites de ordem geográfica se mantêm (as distâncias entre as cidades enormes). Entretanto, na Capital, Paulo Barbosa consegue concretizar algumas ações importantes junto com a categoria. Um exemplo é a luta que os psicólogos (contratados na função de professores) estão empreendendo junto à Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, para exigir a incorporação da profissão no seu quadro de pessoal.

Respeitadas as devidas diferenças regionais, os resultados conquistados no trabalho de Mato Grosso do Sul mostram que o enfoque na orientação é viável. E ainda, apesar dos depoimentos apresentados traçarem um perfil (de modo geral) crítico, há que se considerar a natureza dos problemas encontrados. A desinformação, as falhas de competência técnica e as expectativas paternalistas são questões crônicas presentes na maioria das categorias profissionais no Brasil. Assim, tendo em vista esse aspecto mais amplo e também as etapas já percorridas, a avaliação que se faz sobre a atuação da fiscalização, hoje, é positiva. Embora se reconheçam as barreiras (reais), a perspectiva é de avançar em direção à mudança pretendida.

omissa assim. As manifestações de apoio existiram, embora tenham sido ignoradas. E, uma vez que o protesto dos referidos Psicólogos denota tanto desconhecimento, vamos informá-los sobre algumas das ações empreendidas pelo Conselho, onde a FEBEM ocupou (direta ou indiretamente) o lugar central, enquanto tema de discussão.

Em agosto de 1985, realizamos o Seminário "Psicologia e Instituição"; entre 1985 e 1986 instalamos e participamos da Comissão de Instituição; em agosto de 1987 divulgamos no vídeo "Psicologia, Imagens e Ações", entrevistas feitas com Técnicos (Psicólogos) atuantes na FEBEM, e ainda, interviemos em situações particulares de litígio ético trazidas por alguns dos seus profissionais. Para acrescentar, há um dado significativo a ser lembrado: as chapas eleitas nessas duas últimas gestões foram constituídas, em grande parte, por Conselheiros que já trabalharam nessa Fundação.

Então, como a carta desconsidera referências tão fundamentais, parece-nos que a crítica à representatividade do Conselho fica sem sentido e, portanto, nem merece ser debatida. Por outro lado, vale aproveitar a oportunidade para esclarecer que, conforme está explicitado no editorial deste Jornal, o grupo de Conselheiros (agora em número bem reduzido) nem sempre poderá estar atendendo todas demandas que surgirem. Estamos fazendo o que nos é possível, dentro de limites reais.

De qualquer forma, fica aberto o convite aos Psicólogos "abaixo-assinados" para participarem de nossas Comissões e de outras atividades encampadas pelo CRP-06. Quem sabe assim eles possam prevenir futuras "omissões"? E, há outra possibilidade: no próximo ano ocorrerão as eleições no Conselho. Os colegas podem organizar a sua chapa para tentarem imprimir uma atuação junto à categoria de acordo com seus parâmetros ideais. Para finalizar, é importante ressaltar um aspecto: o envio desta carta pressupõe que houve uma organização entre os psicólogos na elaboração do abaixo-assinado. Este fato julgamos muito positivo.